



CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO  
SHIS QI 1 Conjunto B - Bloco A, 1º Subsolo, Sala 10 - Bairro Lago Sul - CEP 71605-001 - Brasília - DF - www.gov.br/cnpq  
Edifício Santos Dumont

### PROJETO BÁSICO - DGTI/CGADM/COLOG

#### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de material odontológico para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
1	404581	<p><b>Item: Kit Restaurador Provisório IRM Pó e Líquido - Dentsply Sirona</b>  <b>Marca: Dentsply</b>  <b>Uso profissional.</b>  <b>Pode ser utilizado na Odontopediatria e na Odontogeriatría.</b></p> <p><b>* Pó</b>  <b>Cor: Marfim.</b>  <b>Composição Pó: Óxido de Zinco, Poli Metacrilato de Metila.</b>  <b>Prazo de validade: 2 anos.</b></p> <p><b>* Líquido</b>  <b>Composição Líquido: Eugenol 99,5%, Ácido Acético 0,5%.</b>  <b>Prazo de validade: 3 anos.</b></p> <p>Observação: Só será aceito produto da marca: Dentsply</p>	Unidade	1	203,00
2	307270	<p><b>Item: Máscara Cirúrgica Tripla com Elástico</b>  <b>Marca: Protdesc ou Newdesc</b>  <b>Tipo: Tripla com Elástico</b>  <b>Cor: Branca</b>  <b>100% Não-Tecido de Polipropileno;</b>  <b>Máscaras Descartáveis fabricadas em Não-Tecido de estrutura plana, flexível e porosa, composto por grânulos de resina de Polipropileno, unidos por processo térmico.</b>  <b>Clipe para ajuste nasal em metal galvanizado e revestido com plástico.</b></p> <p><b>Características do Material:</b>  <b>Excelente distribuição e homogeneidade dos filamentos;</b>  <b>Boa resistência mecânica;</b>  <b>Leveza extraordinária;</b>  <b>Não libera fiapos;</b>  <b>Inerte e antisséptico;</b>  <b>Hipoalergênico e Atóxico;</b>  <b>Baixa condutividade térmica;</b>  <b>Baixa inflamabilidade;</b></p> <p>Observação: Só serão aceitos produtos das marcas: Protdesc ou Newdesc.</p>	Caixa	10	10,90
3	269833	<p><b>Item: Anestésico cloridrato de prilocaina com octopressin a 3% com 50 tubetes de vidro 1,8 ml.</b>  <b>Conteúdo da embalagem: 50 tubetes de cristal com 1,8ml.</b>  <b>Marca: Prilonest</b>  <b>* Isento de sulfito</b>  <b>* Vasoconstritor Felipressina, sendo uma alternativa segura para a contra-indicação da epinefrina</b>  <b>* Excelente opção para pacientes diabéticos e asmáticos</b>  <b>* Envasados em tubetes de vidro</b>  <b>* Permite melhor visualização do refluxo sanguíneo</b>  <b>* Conforto para o paciente – maior suavidade de deslizamento de êmbolo siliconizado, minimizando a dor durante a injeção</b>  <b>* Alto índice de sucesso anestésico</b>  <b>* Sem possibilidade de contaminação por polímeros, pois o vidro não se degrada</b>  <b>* Certificado BPF – Boas Práticas de Fabricação</b>  <b>* Cada tubete é envolvido por um rótulo adesivo de segurança, que protege a cavidade oral em caso de quebra e que contém todas as especificações sobre anestésico</b>  <b>* Embalagem em blisters lacrado</b>  <b>* Total eficácia do produto durante todo o tempo de validade a ausência de porosidade do vidro</b></p> <p>Observação: Só será aceito produto da marca: Prilonest - DFL</p>	Caixa	2	163,58
4	352988	<p><b>Item: Luva de borracha sintética (Nitrílica) para procedimento não cirúrgico sem-pó.</b>  <b>Superfície microtexturizada, ambidestra, não estéril. Tamanho P, NITRILLO.</b>  <b>Características:</b>  <b>Não estéril;</b>  <b>• Ambidestra;</b>  <b>• Sem proteína;</b>  <b>• Super resistente;</b>  <b>• Produzida em nitrilo;</b></p>	Caixa	10	23,80

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contem 100 unidades;</li> <li>• Isenta de látex (látex free);</li> <li>• Microtexturizada nos dedos;</li> <li>• Tamanho: Único</li> <li>• Sem pó bioabsorvível (powder free);</li> <li>• Indicada para hospitais, clínicas, laboratórios, salões e estúdios de tatuagem;</li> <li>• Validade: 05 anos, caso não haja violação de embalagem.</li> </ul> <p>Observação: Só serão aceitos produtos da marca de referência SUPERMAX ou de melhor qualidade.</p>			
<b>Valor total</b>				

1.2. O prazo de garantia dos materiais é de 90 (noventa) dias contados da data de assinatura, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.3. Em que pese o art. 5º da Instrução Normativa nº 73, de 05 de Agosto de 2020, estabelecer que a pesquisa de preços deve ser realizada mediante a utilização de um dos parâmetros, priorizando os parâmetros I ou II, a estimativa da presente contratação almejada foi referenciada por preços apurados mediante a aplicação dos parâmetros I e IV devido às motivações constantes no item 10 da NT - Nota Técnica Geral COLOG (1534209).

## 2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Essa aquisição visa atender as necessidades do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq no que se refere a aquisição de produtos odontológicos para atendimento aos servidores do órgão.

2.2. A Coordenação de Recursos Logísticos – COLOG recebeu solicitação da Coordenação de Promoção da Qualidade de Vida, Capacitação e Competências - COQVC/CGERH para aquisição de tais materiais.

2.3. Assim, desenvolve-se processo administrativo de aquisição para o atendimento das necessidades de equipar os servidores do Conselho.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

### 3.1. DESCRIÇÃO DOS BENS DA SOLUÇÃO

3.1.1. A seguir apresenta-se a referência quanto à finalidade dos equipamentos:

<b>ITEM 1:</b>
Kit Restaurador Provisório IRM Pó e Líquido - Dentsply Sirona
<b>OBSERVAÇÕES GERAIS:</b>
<p>Marca: Dentsply          Uso profissional.          Pode ser utilizado na Odontopediatria e na Odontogeriatrics.          * Pó          Cor: Marfim.          Composição Pó: Óxido de Zinco, Poli Metacrilato de Metila.          Prazo de validade: 2 anos.          * Líquido          Composição Líquido: Eugenol 99,5%, Ácido Acético 0,5%.          Prazo de validade: 3 anos.</p> <p>Observação: Só será aceito produto da marca: Dentsply</p>

<b>ITEM 2:</b>
Máscara Cirúrgica Tripla com Elástico
<b>OBSERVAÇÕES GERAIS:</b>
<p>Marca: Protdesc ou Newdesc          Tipo: Tripla com Elástico          Cor: Branca          100% Não-Tecido de Polipropileno;          Máscaras Descartáveis fabricadas em Não-Tecido de estrutura plana, flexível e porosa, composto por grânulos de resina de Polipropileno, unidos por processo térmico.          Clipe para ajuste nasal em metal galvanizado e revestido com plástico.          Características do Material:          Excelente distribuição e homogeneidade dos filamentos;          Boa resistência mecânica;          Leveza extraordinária;          Não libera fiapos;          Inerte e antisséptico;          Hipoalergênico e Atóxico;          Baixa condutividade térmica;          Baixa inflamabilidade;          Observação: Só serão aceitos produtos das marcas: Protdesc ou Newdesc.</p>

<b>ITEM 3:</b>
Anestésico cloridrato de prilocaina com octopressin a 3% com 50 tubetes de vidro 1,8 ml.
<b>OBSERVAÇÕES GERAIS:</b>
<p>Conteúdo da embalagem: 50 tubetes de cristal com 1,8ml.          Marca: Prilonest          * Isento de sulfito          * Vasoconstritor Felipressina, sendo uma alternativa segura para a</p>

contraindicação da epinefrina  
 \* Excelente opção para pacientes diabéticos e asmáticos  
 \* Envasados em tubetes de vidro  
 \* Permite melhor visualização do refluxo sanguíneo  
 \* Conforto para o paciente – maior suavidade de deslizamento de êmbolo siliconizado, minimizando a dor durante a injeção  
 \* Alto índice de sucesso anestésico  
 \* Sem possibilidade de contaminação por polímeros, pois o vidro não se degrada  
 \* Certificado BPF – Boas Práticas de Fabricação  
 \* Cada tubete é envolvido por um rótulo adesivo de segurança, que protege a cavidade oral em caso de quebra e que contém todas as especificações sobre anestésico  
 \* Embalagem em blisters lacrado  
 \* Total eficácia do produto durante todo o tempo de validade a ausência de porosidade do vidro

Observação: Só será aceito produto da marca: Prilonest - DFL

**ITEM 4:**

**Luva de borracha sintética (Nitrílica) para procedimento não cirúrgico sem-pó. Superfície microtexturizada, ambidestra, não estéril. Tamanho P, NITRILLO.**

**OBSERVAÇÕES GERAIS:**

**Características:**  
 Não estéril;  
 • Ambidestra;  
 • Sem proteína;  
 • Super resistente;  
 • Produzida em nitrilo;  
 • Contem 100 unidades;  
 • Isenta de látex (látex free);  
 • Microtexturizada nos dedos;  
 • Tamanho: Único  
 • Sem pó bioabsorvível (powder free);  
 • Indicada para hospitais, clínicas, laboratórios, salões e estúdios de tatuagem;  
 • Validade: 05 anos, caso não haja violação de embalagem.

Observação: Só serão aceitos produtos da marca de referência SUPERMAX ou de melhor qualidade.

#### 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade dispensa de licitação.

4.2. O objeto desta dispensa de licitação tem à natureza de serviços comum, disponíveis em mercado próprio, com padrão de desempenho e qualidade definidos objetivamente neste Projeto Básico.

4.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela do item 1.1.

4.4. Por se tratar de despesa de pequeno valor, é possível realizar a contratação por dispensa de licitação, fundamentada no art. 1º do Decreto Federal nº 9.412/2018, os valores limites para dispensa são respectivamente: até R\$ 33.000,00 para obras e serviços de engenharia e R\$ 17.600,00 para compras e outros serviços que altera o art. 24, da Lei nº 8.666/93.1.5. O serviço a ser executado enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000.

#### 5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. No que couber, visando a atender ao disposto na legislação aplicável – em destaque às Instruções Normativas nº 05/2017/SEGES e nº 01/2019/SGD – a CONTRATADA deverá priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

5.2. No que se refere ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da CGU/AGU, em sua 4ª edição, de acordo com o elencado na página 197 – 203, segue parâmetro descritos abaixo:

5.2.1 Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

5.2.2 Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária - Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II, disponíveis em <http://www.inmetro.gov.br/legislacao>. (Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa nº 27, de 2011 ou substitutiva. Para os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no equipamento)

5.3. A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013

#### 6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 6.1. A Entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de 15 dias corridos, a contar da emissão do Instrumento Contratual.
- 6.2. O prazo de entrega é de 15 (quinze) dias, contados do(a) da emissão do instrumento contratual, em remessa (única), no seguinte endereço: SHIS QI 01 – Conjunto B – Garagem – Edifício Santos Dumont – Lago Sul /DF e ficará sob responsabilidade do Serviço Médico.
- 6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.
- 6.4. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste projeto básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de (15) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.5. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de (03) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
  - 6.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

### 7.1 São obrigações da Contratante:

- 7.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
  - 8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto básico, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

## 9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \left[ \frac{(6 / 100)}{365} \right] \times t = 0,00016438$	$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$
-----------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------

## 13. REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

#### 14. GARANTIA DA EXECUÇÃO

14.1 Não haverá necessidade de garantia contratual.

14.2. Por se tratar de aquisição de bens permanentes, que envolvam apenas a entrega dos produtos diretamente da fábrica para o CNPq, não há razão para executar garantia de execução dos objetos.

#### 15. GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. O prazo de garantia contratual dos materiais, é de, no mínimo, 90 (noventa) dias, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

15.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

15.3. O custo referente ao transporte dos materiais pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

15.4. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

#### 16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa, a Contratada que:

16.1.1 falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

16.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3 fraudar na execução do contrato;

16.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

16.1.5 cometer fraude fiscal.

16.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**i) Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

**ii) Multa:**

1) moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

**v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Projeto básico.

16.4 As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 17. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, improrrogáveis. O CONTRATO terá vigência durante o período de garantia dos materiais de acordo com a proposta do fornecedor adjudicatário.

## 18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

18.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

18.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previsto no edital.

18.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

18.3.1 A interessada deverá apresentar pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica que comprove que a licitante tenha executado ou está executando, a contento, serviços compatíveis e pertinentes ao objeto deste Projeto Básico.

18.3.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

18.3.3 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de um ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

18.3.4 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

18.4 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

18.5 Quando emitido(s) por pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) apresentar firma reconhecida.

18.6 O CNPq poderá realizar diligências, caso o conteúdo dos atestados ou declarações apresentadas não seja claro quanto às exigências descritas nos itens acima.

18.7 Caso a licitante não apresente a certificação supracitada, atendendo os requisitos deste item, a proposta será desclassificada

18.8 Os preços deverão ser expressos em reais e conter todos os tributos e encargos decorrentes da prestação dos serviços relativos à esta contratação. Os preços deverão ser cotados com até 2 (duas) casas decimais.

18.9 A licitante classificada e habilitada provisoriamente em primeiro lugar deve preencher os preços do(s) modelo(s) de proposta de preços ANEXO VII - MODELO DE PROPOSTA do(s) item(ns) em que for vencedor, conforme lances.

18.10 No caso de desclassificação da licitante, será convocada a próxima licitante classificada para envio da proposta de preços, conforme item 12.2, e assim sucessivamente, até que uma licitante cumpra os requisitos e funcionalidades especificadas e seja declarada vencedora. Na forma do art. 23 da IN SGD/ME nº 01/2019, são apresentados a seguir os critérios técnicos para avaliação e julgamento das propostas para a fase de SELEÇÃO DO FORNECEDOR, observando-se as disposições normativas e legais aplicáveis às contratações públicas.

18.11 Modalidade, tipo de licitação/contratação, modo de disputa

18.11.1. De acordo com o §1º do Art. 1º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, bem como observando-se o disposto no Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93, a contratação será via Dispensa de Licitação, mediante COTAÇÃO NA FORMA ELETRÔNICA, com julgamento pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM.

## 19. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

19.1 O valor total estimado para esta aquisição é de R\$877,17 (oitocentos e setenta e sete reais e dezessete centavos).

## 20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1 A indicação da dotação orçamentária fica postergada, pois depende do resultado da Pesquisa de Preços Parâmetro IV - Cotação Eletrônica 39/2022 (1519210), para a estimativa dos recursos orçamentários necessários à contratação.

(assinatura eletrônica)

**ANDERSON MALTA DA SILVA**

Coordenador de Recursos Logísticos - COLOG/CGADM  
PO nº 1.181/2017

**Anexo I - Do Projeto Básico - Modelo De Proposta****ANEXO I DO PROJETO BÁSICO - MODELO DE PROPOSTA****COTAÇÃO ELETRÔNICO N. xx/21**

**OBJETO:** Aquisição de material odontológico para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq conforme condições, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

EMPRESA: \_\_\_\_\_  
 CNPJ: \_\_\_\_\_  
 ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
 TELEFONE: \_\_\_\_\_  
 E-MAIL: \_\_\_\_\_

Ao  
 Conselho Nacional de Desenvolvimento Ciência e Tecnológico.  
 Em atendimento ao Edital do Pregão à epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	Indicar a origem do produto (nacional ou importado)	Unidade	Quantidade	Preço unitário R\$	Preço Total R\$
1	Kit Restaurador Provisório IRM Pó e Líquido - Dentsply Sirona				Unidade	1	R\$	R\$
2	Máscara Cirúrgica Tripla com Elástico				Caixa	10	R\$	R\$
3	Anestésico cloridrato de prilocaina com octopressin a 3% com 50 tubetes de vidro 1,8 ml				Caixa	2	R\$	R\$
4	Luva de borracha sintética (Nitrílica) para procedimento não cirúrgico sem-pó.				Caixa	10	R\$	R\$
<b>Preço total por extenso:</b> oito mil quarenta e dois reais.								
Declaramos que o item constante desta proposta corresponde exatamente às especificações descritas no PROJETO BÁSICO do Edital, às quais aderimos formalmente.								

**PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** \_\_\_\_\_ (por extenso) dias (observar o disposto no Edital).

**PRAZO DE GARANTIA DO OBJETO:** \_\_\_\_\_ (por extenso) meses (observar o disposto no Edital).

**PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO, CONFORME DEFINIDO NO ANEXO XXX DO EDITAL**

Declaramos que:

- os equipamentos ofertados, caso necessário, receberão atendimento de garantia na rede de assistência autorizada pelo fabricante;
- informaremos os preços unitários dos equipamentos, das peças e dos demais componentes que integram o objeto da licitação sempre que solicitado pela CONTRATANTE, para fins de registro patrimonial;
- serão fornecidas peças de reposição originais durante todo o período de garantia, podendo também ser utilizadas peças de tecnologia mais recente, também originais, de desempenho igual ou superior.

<b>DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO</b>
Nome do signatário
Cargo
Qualificação (CPF, naturalidade e domicílio)
OBS.: O signatário deve possuir poderes de administração estabelecidos em contrato social e/ou possuir procuração com poderes para assinar contratos em nome da empresa.
A documentação comprobatória deverá ser encaminhada quando da assinatura da ata de registro de preços.
Brasília/DF, _____ de _____ 2022.

Assinatura do representante legal da empresa

Nome do representante legal da empresa



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON MALTA DA SILVA**, Coordenador de Recursos Logísticos - COLOG/CGADM PO nº 1.181/2017, em 03/10/2022, às 15:27, conforme o art. 6º do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.cnpq.br/verifica.html> informando o código verificador **1534214** e o código CRC **7DED6CB6**.



